

TÍTULO

Desenvolvimento Local no Distrito de Bragança

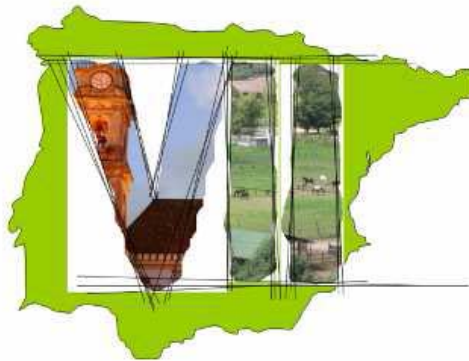
AUTORES

Maria Isabel Barreiro Ribeiro¹

António José Gonçalves Fernandes²

¹**Categoria profissional:** Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Bragança. **Grau Académico:** Doutora em Economia. **E-Mail:** xilote@ipb.pt

²**Categoria Profissional:** Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Bragança. **Grau Académico:** Doutor em Gestão. **E-Mail:** toze@ipb.pt



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

Resumo

A análise da evolução do desenvolvimento e das dinâmicas existentes no distrito de Bragança é o principal objectivo deste trabalho. Posteriormente, compara-se a realidade vivida na região em estudo com o restante território nacional. Para levar a cabo estes objectivos, foram recolhidos dados estatísticos sobre a demografia que permitem observar a mudança verificada, nomeadamente, ao nível da população residente e das correntes migratórias, da qualidade de vida, do envelhecimento e da formação das populações. Por outro lado, recorre-se à consulta de dados estatísticos relativos à proposta e realização de investimentos que permitem apurar se existe relação entre as características da população e a atracção de investimentos empresariais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Investimentos, Mutação demográfica, Distrito de Bragança

1. Introdução

Para estudar o desenvolvimento local no distrito de Bragança procede-se a uma análise das dinâmicas existentes no distrito e, posteriormente, comparam-se com as realidades vividas nos restantes distritos do país. Para realizar a análise referida, usam-se dados que foram recolhidos em publicações estatísticas sobre a população, designadamente, os Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001 levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A análise baseada nestes dados permite caracterizar a mutação demográfica, nomeadamente, no que diz respeito à população residente e às correntes migratórias, à qualidade de vida, ao envelhecimento e à formação das populações. Para além da dinâmica demográfica, interessa, igualmente, analisar a dinâmica empresarial. Para isso, consultam-se dados estatísticos relativos à proposta e realização de investimentos que, através do tratamento estatístico adequado, permitirá verificar se existe relação entre as características da população e a atracção de investimentos. O tratamento estatístico dos dados baseia-se em testes de localização (*T-Student* para duas amostras dependentes e *T-Student* para uma amostra) e testes de associação ou independência (teste da correlação ordinal de *Spearman*).

2. Objecto do estudo

O Distrito de Bragança localiza-se na região do Nordeste de Portugal, pertence à província tradicional de Trás-os-Montes e Alto Douro. É limitado a Norte e a Leste pela Espanha, a Sul pelos distritos da Guarda e Viseu e a Oeste pelo distrito de Vila Real. O Distrito tem uma área total de 6608 km² sendo o quinto maior distrito português, habitado por uma população de 148 808 habitantes (INE, 2001). Como pode ver-se na figura 1, o distrito engloba 12 concelhos, estando a sede do distrito baseada em Bragança.



Figura 1 - Distrito de Bragança
Fonte: Simões, Portela e Cepeda, 1996.

Dissannayake (1981) define desenvolvimento como um processo de mudança social que tem como objectivo a melhoria da qualidade de vida de todos ou da maioria dos indivíduos sem provocar desequilíbrios no seu ambiente natural e cultural e que tenta envolver a generalidade das pessoas para que sejam elas próprias a definir o seu próprio destino. Nesta linha, Silva e Lemos (2001) consideram que o conceito de desenvolvimento envolve a capacidade de uma sociedade satisfazer as necessidades da sua população de forma a alcançar um nível de vida adequado. Também Samuelson e Nordhaus (2005) referem a melhoria das condições de vida das populações em geral, associada a aumentos da produção, à melhoria das condições de saúde, da educação, de habitação como metas importantes do desenvolvimento.

De acordo com Sequeira e Diniz (2002), o conceito de desenvolvimento pressupõe crescimento e, conseqüentemente, progresso. Estes autores consideram que o crescimento e o progresso conduzem a um processo de mudança, ou seja, ao desenvolvimento. Na opinião de Laranjo, Henriques, Leandro e Gomes (2005), o desenvolvimento requer crescimento económico. Mas, o crescimento económico, por si só, não é desenvolvimento. De facto, segundo Laranjo *et al.* (2005), o conceito de desenvolvimento é mais abrangente pois envolve, igualmente, o planeamento territorial, o desenvolvimento dos diferentes ramos da produção, a redução das desigualdades, a melhoria da qualidade de vida, a satisfação das necessidades básicas de toda a população, a garantia das liberdades e o respeito pelos direitos humanos, o respeito pelo ambiente e pelas gerações futuras. Por outro lado, Melo (1985) considera que o desenvolvimento local é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano. Essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. Para Koehnen (2008), o desenvolvimento local envolve as dimensões de autonomia, cidadania e participação dos actores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras.

As dinâmicas demográficas reflectem processos de natureza muito distinta. Efectivamente, para Mateus (2008), transformações na economia ou na família, nas acessibilidades ou no estilo de vida, nas condições de saúde ou na esfera política induzem, de imediato ou de forma retardada no tempo, alterações significativas no modo como as populações evoluem demograficamente.

Segundo Teixeira (2007), a população do interior de Portugal está em notório decréscimo deixando algumas regiões condenadas a uma morte lenta onde apenas o património cultural se irá immortalizar. É devido ao êxodo rural e ao fenómeno da emigração que o interior do país se recente deixando assim certas regiões com uma população reduzida e envelhecida. Para este autor, a população activa que mais afecta o êxodo rural e a emigração foge para os grandes centros urbanos à procura de um melhor nível de vida e de conforto. Para Jacob (2005), o distrito de Bragança não é alheio a toda esta realidade uma vez que se trata de um distrito, essencialmente, rural. Com uma taxa de actividade extremamente baixa (34% contra 45% na Região Norte) onde o peso do sector primário é, ainda, muito significativo (20% contra 5% na Região Norte).

3. Evolução demográfica

A **população residente** nos 12 concelhos que integram o distrito de Bragança englobava, em 1991, 157809 indivíduos e, em 2001, 148883 o que representava 4,6% e 4% da população residente na Região Norte de Portugal que era, nos anos de 1991 e 2001, de 3427715 e de 3687293 indivíduos, respectivamente. Tal como mostra o quadro 1, os distritos mais desertificados são Portalegre, seguindo-se Bragança, Beja, Évora, Guarda, Castelo Branco e Vila Real. Estes são também os distritos que registaram variações negativas da população residente no período de 1991 a 2001.

Quadro 1 - População Residente, distribuição percentual e posição por distrito

Distritos	População Residente		1991		2001	
	1991	2001	Distribuição Percentual	Posição	Distribuição Percentual	Posição
Aveiro	654265	713575	6,9781	5	7,2302	5
Beja	169438	161211	1,8072	16	1,6335	16
Braga	748192	831366	7,9799	3	8,4237	3
Bragança	157809	148883	1,6831	17	1,5085	17
Castelo Branco	214853	208063	2,2915	13	2,1082	13
Coimbra	427839	441204	4,5632	7	4,4704	8
Évora	173654	173654	1,8521	15	1,7595	15
Faro	341404	395218	3,6413	10	4,0045	9
Guarda	188165	179961	2,0069	14	1,8234	14
Leiria	426152	459426	4,5452	8	4,6551	6
Lisboa	2052787	2136013	21,8942	1	21,6429	1
Portalegre	134169	127018	1,431	18	1,287	18
Porto	1641501	1781836	17,5076	2	18,0543	2
Santarém	444880	454527	4,7449	6	4,6054	7
Setúbal	712594	788459	7,6003	4	7,989	4
Viana do Castelo	250059	250275	2,667	11	2,5359	11
Vila Real	236294	223729	2,5202	12	2,2669	12
Viseu	401871	394925	4,2862	9	4,0015	10
Total	9375926	9869343	100		100	

Fonte: INE, Censos 2001.

Numa análise mais detalhada, feita ao nível concelhio, de que dá conta o quadro 2, constata-se que a população residente teve, na globalidade, uma evolução negativa de 5,7 %. Destacam-se os concelhos de Bragança e Mirandela como os únicos concelhos que registaram crescimentos positivos, designadamente, de 5,1% e 2,4%, respectivamente. Segundo Ferrão (1996), na década de 60 e 70 do século XX, o interior rural representava a principal origem dos fluxos internos e estes orientavam-se, essencialmente, para os principais centros urbanos e seus subúrbios. A partir da década de 80 os fluxos permaneceram, embora com menor intensidade, e surge uma maior diversidade de áreas atractivas, designadamente, as cidades de média dimensão. Esta atractividade deriva, essencialmente, da melhoria das acessibilidades e do desenvolvimento de equipamentos colectivos sobretudo na área do ensino. Segundo Cepeda (2002), no distrito de Bragança, os concelhos de Bragança e de Mirandela são aqueles que têm algum poder de atracção. De facto, como pode ver-se no quadro 2, são os únicos

concelhos do distrito de Bragança que registram taxas de crescimento positivas no que diz respeito à população residente.

Quadro 2 – Taxas de crescimento em percentagem, por concelho, entre 1991 e 2001

Concelho	População Residente	Habitantes por km ²	Índice envelhecimento	Famílias Clássicas	Alojamentos	Alojamentos Sazonais	População com Ensino Superior
Carrazeda de Ancieães	-17,2	-18,2	124,1	-7,3	-1,0	210,9	277,8
Freixo de Espada à Cinta	-14,9	-15,0	55,7	-11,6	0,0	328,6	233,3
Torre Moncorvo	-9,6	-9,5	86,2	-4,8	-0,5	364,2	218,3
Vila Flor	-10,4	-36,4	51,7	-0,6	8,3	79,2	56,2
Alfândega da Fé	-11,4	-9,5	94,0	-3,0	3,1	486,2	159,4
Bragança	5,1	7,1	68,7	17,0	1243,8	366,8	244,1
Macedo de Cavaleiros	-7,8	-7,4	212,3	-47,4	-43,6	97,8	32,0
Miranda do Douro	-7,5	-11,1	26,1	100,3	111,3	1007,4	950,6
Mirandela	2,4	2,6	76,0	13,2	24,1	453,4	212,3
Mogadouro	-7,8	-6,3	90,7	3,1	33,9	521,6	182,5
Vimioso	-15,9	-15,4	146,1	-8,4	0,8	890,7	187,2
Vinhais	-16,3	-16,7	124,9	-3,6	15,3	607,8	317,8
Distrito	-5,7	-11,2	97,4	4,3	41,5	403,9	233,5

Fonte: Elaboração própria com base em Chorincas, 2003.

O quadro 2 mostra que, entre 1991 e 2001, a população residente diminuiu 5,7% sendo os fenómenos de desertificação e despovoamento mais acentuados nos concelhos de Carrazeda de Ancieães, Vinhais e Vimioso. Esta situação é corroborada pelas taxas de crescimento relativas aos alojamentos sazonais que aumentaram, significativamente, no distrito (403,9%). De acordo com Teixeira (2007), a população jovem e activa foge da ruralidade, uma vez que não se identifica com esse modo de vida. Para este autor, a prática de uma agricultura de subsistência e sem qualquer outra fonte de rendimento é algo que não atrai os jovens. Por essa razão, a população jovem tende a migrar para o meio urbano onde procura um modo de vida mais facilitado. De facto, os centros urbanos funcionam como pólos de atracção das populações esvaziando os lugares de pequena dimensão, tal como refere Cepeda (2002) e Jacob (2005). Este último estudou as mutações demográficas, entre 1991 a 2001, tendo verificado que, em lugares com menos de 1.000 habitantes, a população diminuiu 22% e, em lugares com mais de 1.000 habitantes, aumentou 29%.

Uma característica partilhada pelos distritos do Interior do país é o envelhecimento da população. No período em análise, o distrito de Bragança registou um crescimento do índice de envelhecimento de cerca de 100%. Ou seja, numa década, o índice de envelhecimento quase que duplicou. Como pode ver-se no quadro 2, para esta situação contribuíram, decisivamente, os concelhos de Macedo de Cavaleiros (212,3%), que registou a maior variação positiva no índice de envelhecimento, o concelho de Vimioso com 146,1% e os concelhos de Vinhais e Carrazeda de Ancieães com 124,9% e 124,1%, respectivamente. Foram, também, estes concelhos que registaram os maiores decréscimos na população residente.

A figura 2 mostra que o fenómeno da concentração da população se processa à volta de três concelhos mais populosos do distrito. Em 1991, eles ocupavam uma quota de cerca de 49% da população total do distrito, actualmente, essa percentagem cresceu para 52%.

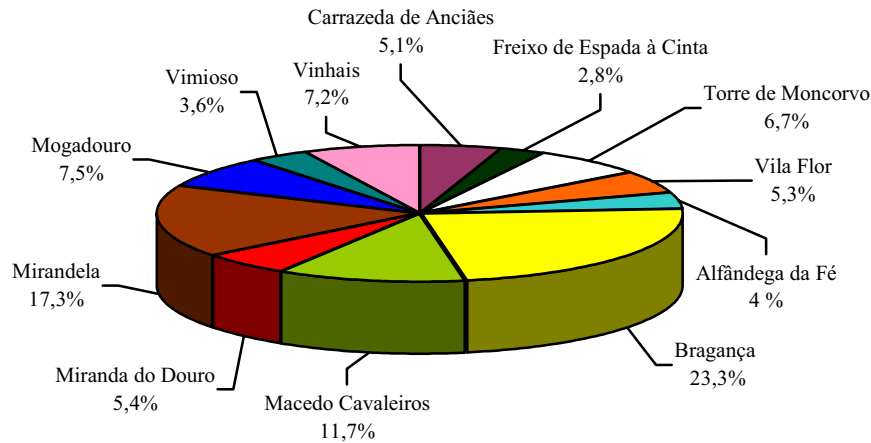


Figura 2 - Concentração da população do distrito de Bragança em 2001
 Fonte: Elaboração Própria com base em Chorincas, 2003

O conjunto de concelhos em análise revela uma **densidade populacional** média de 23,83 e 21,75 habitantes por Km² em 1991 e 2001, respectivamente. No distrito de Bragança a densidade populacional nas áreas não urbanas é de 13 habitantes por km². Em 20 anos (1981 a 2001), o distrito perdeu, segundo Jacob (2005), 19% da sua população, ou seja, cerca de 35.000 habitantes. Apenas numa década, o número de habitantes por Km² diminuiu, em média, cerca de 9% chegando a representar menos de um quarto da densidade populacional para toda a Região Norte de Portugal, que era de 175,1 habitantes por Km², em 2001.

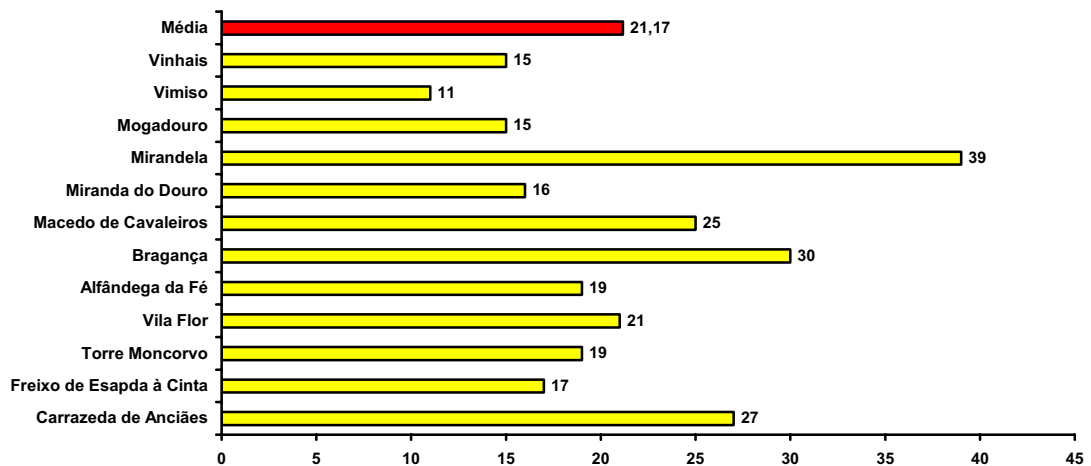


Figura 3 - Densidade populacional no distrito de Bragança em 2001
 Fonte: Chorincas, 2003.

Como pode ver-se na figura 3, em 2001, a densidade populacional no distrito de Bragança regista valores acima da média em alguns concelhos, designadamente, Mirandela (39), Bragança (30), Carrazeda de Ancieães (27), e Macedo Cavaleiros (25).

Analisando a distribuição da população residente por escalões etários, constata-se que o grupo de indivíduos com 65 ou mais anos de idade corresponde a cerca de 24% da população total do distrito de Bragança, o que representa mais do dobro do que se verifica no Continente. Como pode ver-se no quadro 3, a população mais jovem, a classe etária até aos 14 anos de idade, é a menos representativa no distrito com cerca de 13,3% da população residente no distrito. Face ao exposto, pode dizer-se que a população do distrito de Bragança está envelhecida, sendo que, segundo Jacob (2005), 50% da população do distrito de Bragança tem mais de 40 anos, situação que se tem vindo a agravar porque, na opinião do autor, há falta de capacidade de retenção da população activa jovem (os saldos migratórios atingem valores negativos de 18%). Por outro lado, os baixos valores de fecundidade que continuam a decrescer (0,7 filhos sobreviventes por casal) não são prenúncio da mudança deste cenário.

Quadro 3 - Distribuição percentual da população residente por classes etárias

Classe etária	Distrito Bragança	Norte	Continente
0-14Anos	13,3%	17,7%	16%
15-24 Anos	13,5%	15%	14,3%
25-64 Anos	49,3%	53,1%	53,3%
Igual ou superior a 65 anos	23,9%	14,2%	16,4%

Fonte: INE, Censos 2001.

Segundo Mateus (2008), Portugal, em toda a sua história, foi sempre um país exportador de gente, por razões de natureza económica e social. Mas a partir dos anos 90 do século passado, a tradição altera-se e um país de emigrantes transforma-se num país de imigrantes, recebendo africanos, brasileiros, imigrantes dos países de Leste, cujo impacto na realidade sociocultural portuguesa é profunda. Neste contexto, torna-se importante verificar estes **fluxos migratórios** a nível do distrito de Bragança. Por outro lado, segundo Nazareth (2003), são estes que determinam quase, exclusivamente, o crescimento demográfico. No Nordeste transmontano, os fluxos migratórios apresentam, segundo Mateus (2008), as mesmas características de outras regiões do país podendo-se, por isso, dizer que os factores determinantes para a ocorrência destes fluxos no distrito foram, sobretudo, de natureza económica.

De acordo com os valores apresentados no quadro 4, no distrito de Bragança, os imigrantes têm um peso, relativamente, baixo quando comparado com outros distritos, designadamente, Lisboa (46,3%), Faro (13,7%), Setúbal (9,4%) e Porto (7,2%). Apenas 0,3% do total de imigrantes se concentram no distrito de Bragança, aliás este é o distrito que atrai menos estrangeiros.

Quadro 4 - Autorizações de permanência e de residência em Portugal, por distrito

Distritos	Autorizações de Permanência (2001-2004)	Autorizações de Residência 2004	Total	%
Viana do Castelo	852	2.107	2.959	0,7
Vila Real	972	871	1.843	0,4
Bragança	722	580	1.302	0,3
Braga	5.652	4.272	9.924	2,3
Porto	17.058	15.256	32.314	7,2
Aveiro	7.234	9.240	16.474	3,7
Viseu	3.404	1.911	5.315	1,2
Coimbra	6.087	7.978	14.065	3,1
Guarda	1.291	1.094	2.385	0,5
Castelo Branco	1.736	992	2.728	0,6
Portalegre	2.423	1.075	3.498	0,8
Leiria	8.883	3.882	12.765	2,8
Lisboa	62.992	139.038	202.030	46,3
Santarém	14.727	2.493	17.220	3,8
Setúbal	13.176	29.104	42.280	9,4
Évora	3.957	1.343	5.300	1,2
Beja	2.965	1.499	4.464	1
Faro	23.840	35.928	59.768	13,7
Madeira	3.813	3.767	7.580	1,7
Açores	2.049	2.931	4.980	1,1
Total	183.833	265.361	449.194	100

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008.

A grande maioria destes imigrantes é oriunda do Continente Europeu (42,6%); do Continente Americano (31,6%) e do Continente Africano (22,4%), como pode ver-se na figura 4. A maioria dos imigrantes de origem europeia é de nacionalidade espanhola e francesa. Por seu lado, os africanos são provenientes, essencialmente, de Angola e de Cabo Verde. Do continente americano, a nacionalidade mais representativa é a brasileira. Trata-se, segundo Teixeira (2007), de jovens em idade activa à procura de novas oportunidades em termos profissionais. Inicialmente, segundo Ferreira (2000), a imigração brasileira correspondia à habitual contracorrente da emigração portuguesa estabelecendo-se, especialmente, nos distritos do Norte e litoral de Portugal e dedicavam-se a actividades relacionadas com a agricultura. A partir da década de 80 do século passado começou a surgir um novo segmento desta imigração caracterizada pelas elevadas qualificações científicas e técnicas. Já ao longo da década de 90, sobretudo, na segunda metade desta década intensifica-se uma imigração laboral brasileira de baixas qualificações científicas e técnicas, cujas principais actividades são: operário não especializado, empregado de balcão ou empregado de mesa.

É também a partir, sobretudo, da década de 90 que começa a surgir uma nova imigração em Portugal proveniente da Europa de Leste. Esta imigração é caracterizada pelas elevadas qualificações científicas e técnicas mas que, segundo Alves (2003), por uma inserção no mercado de trabalho onde essas qualificações são subutilizadas, dá origem a fenómenos de subemprego ou sobrequalificação. O distrito de Bragança é pouco atractivo para a imigração, em geral, e para a imigração proveniente da Europa de Leste, em particular. Efectivamente, do total de imigrantes do distrito, apenas 3,7% são provenientes da Europa de Leste. Segundo Alves (2003), esta imigração é, especialmente, importante para as zonas rurais e do interior do país pois tem permitido dar resposta às necessidades de mão-de-

obra causadas pela emigração, migração interna e envelhecimento da população podendo ter um importante papel no desenvolvimento destas regiões.

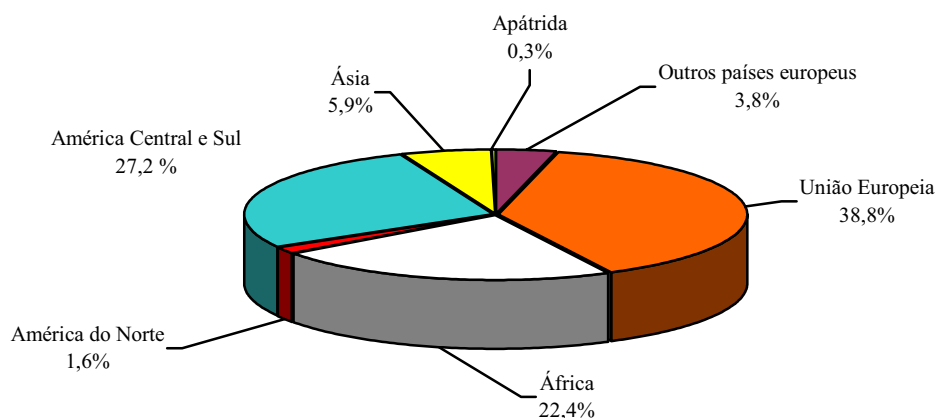


Figura 4 - Número de estrangeiros residentes no distrito de Bragança por nacionalidades
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2008.

4. Investimento e desenvolvimento

No período de 1970 a 2001 e no que se refere ao distrito de Bragança, quer o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), quer o Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) apresentam evoluções favoráveis, registando valores de 68,8% e 70,8%, respectivamente. Em relação às componentes que constituem estes índices destacam-se os índices Índice de Conforto (IC) e o Índice do Produto Interno Bruto (IPIB) que contribuíram significativamente para o crescimento do IDES.

Quadro 5 - Índices de desenvolvimento¹ do distrito de Bragança

Anos	IEDU	IEV	IC	IPIB	IDS	IDES
1970	0,611	0,662	0,285	0,217	0,519	0,431
1981	0,696	0,777	0,609	0,217	0,694	0,575
1991	0,793	0,804	0,873	0,317	0,823	0,697
1995	0,817	0,839	0,893	0,344	0,849	0,723
1997	0,829	0,824	0,912	0,366	0,855	0,733
2001	0,8109	0,8428	0,9749	0,3155	0,8761	0,7361
Varição (%)	32,7	27,3	242,1	68,7	68,8	70,8

Fonte: Cónim, 1999 e Carvalho e Matias, 2004.

Para verificar se existe ou não uma relação entre duas variáveis quantitativas, designadamente, a evolução ocorrida no período de 1991 a 2001 e o nível registado no ano de 1991 pode, segundo

¹ Os índices de desenvolvimento são: o índice de educação (IEDU) que representa a relação entre a população com mais de 15 anos que sabe ler e escrever e a população total do mesmo grupo etário. O índice de esperança de vida (IEV) é calculado através das taxas de mortalidade infantil. O índice de conforto (IC) resulta da média aritmética da percentagem de população que possui água canalizada, energia eléctrica e instalações sanitárias nas residências. O índice do produto interno bruto (IPIB) traduz o nível de vida das populações. O índice de desenvolvimento social que resulta da média aritmética dos IEV, do IC e do IEDU. Finalmente, o índice de desenvolvimento económico e social (IDES) resulta da média aritmética do IEV, IC, IDU e IPIB.

Maroco (2007), recorrer-se ao teste da correlação ordinal de *Spearman*. Nesta situação, as hipóteses a testar são as seguintes:

H_0 : A evolução ocorrida no período de 1991 a 2001 e o nível registado no ano de 1991 não estão correlacionadas.

H_a : A evolução ocorrida no período de 1991 a 2001 e o nível registado no ano de 1991 estão correlacionadas.

Para um nível de confiança de 99%, a regra de decisão consiste em rejeitar a hipótese nula se *p-value* for inferior ao nível de significância de 1%, concluindo-se que existe correlação entre as variáveis.

Tal como mostra o quadro 6, apenas o Índice da Educação (IEDU) e o Índice do Produto Interno Bruto (IPIB) não apresentam correlações significativas. Todos os outros apresentam fortes correlações, ou seja, os concelhos que registaram os piores índices em 1991 foram aqueles que registaram taxas de crescimento mais elevadas entre 1991 e 2001.

Quadro 6 – Relação entre o crescimento dos índices no período de 1991 a 2001 e os índices de desenvolvimento do distrito de Bragança em 1991

	IEDU	IEV	IC	IPIB	IDS	IDES
Spearman	-0,476	-0,893	-0,977	-0,091	-0,911	-0,762
p-value	0,118	0,000*	0,000*	0,779	0,000*	0,004*
N	12	12	12	12	12	12

Fonte: Elaboração Própria, 2008.

* Variáveis correlacionadas a um nível de significância de 1%.

Para verificar se existem diferenças, estatisticamente, significativas entre os índices de desenvolvimento registados no ano de 1991 com os verificados no ano de 2001 deve, segundo Maroco (2007), usar-se o teste *T-Student* para duas amostras relacionadas. A escolha recaiu sobre este teste por se tratar de um teste paramétrico que, por isso mesmo, é mais robusto permitindo a obtenção de resultados mais fiáveis. Exige, no entanto, algumas condições para a sua aplicabilidade, nomeadamente, a normalidade dos dados e a homogeneidade das variâncias que foram testadas com recurso ao teste de *Shapiro-wilk* e ao teste de *Levene*, respectivamente. Tendo-se verificado os pressupostos de aplicação dos testes paramétricos, formularam-se os seguintes hipóteses para cada um dos índices estudados:

H_0 : A média do índice de 1991 é igual à média do índice de 2001.

H_a : As médias dos índices são diferentes.

Para um nível de confiança de 99%, a regra de decisão consiste em rejeitar a hipótese nula se *p-value* for inferior ao nível de significância de 1%, concluindo-se, por isso, que existem diferenças, estatisticamente, significativas entre as médias dos índices registados em 1991 e as médias dos índices verificados em 2001.

Quadro 7 - Comparação dos índices de desenvolvimento do distrito de Bragança (1991 e 2001)

Comparações	N	T-Student	<i>p-value</i>
IDS91 & IDS01	12	0,740	0,006*
IDSE91 & IDSE01	12	0,410	0,186
IC91 & IC01	12	0,373	0,233
IEV91 & IEV01	12	0,413	0,182
IEDU91 & IEDU01	12	0,952	0,000*
IPIB91 & IPIB01	12	0,410	0,186

Fonte: Elaboração Própria, 2008.

* Existem diferenças significativas entre os índices de 1991 e 2001 a um nível de significância de 1%.

Os resultados mostram que, ao nível de significância de 1%, existem diferenças estatisticamente significativas apenas entre as médias do IDS e do IEDU tendo-se verificado uma evolução positiva de 1991 para 2001. Relativamente aos restantes, conclui-se que as médias dos índices em 1991 e 2001 são, estatisticamente, iguais. Ou seja, em dez anos não se verificaram mudanças significativas destes índices.

Para testar a hipótese da média de cada um dos índices do distrito de Bragança ser igual a uma média conhecida, designadamente, da região Norte e do País pode usar-se, segundo Maroco (2007), o teste *T-Student* para uma amostra depois de verificada a normalidade dos dados. Mais, uma vez, para testar este pressuposto recorreu-se ao teste de *Shapiro-Wilk* por se tratar de uma amostra de pequena dimensão. As hipóteses a testar são as seguintes:

H_0 : As médias dos índices do distrito são iguais às médias dos índices da região Norte.

H_a : As médias dos índices são diferentes.

H_0 : As médias dos índices do distrito são iguais às médias dos índices do País.

H_a : As médias dos índices são diferentes.

Para um nível de confiança de 99%, a regra de decisão consiste em rejeitar a hipótese nula se *p-value* for inferior ao nível de significância de 1%, concluindo-se que a média dos índices do distrito são, estatisticamente, diferentes dos registados na região Norte e no país.

Como seria de esperar, verificou-se que existem diferenças, estatisticamente, significativas em quase todos os índices, com resultados menos favoráveis para o distrito de Bragança, à exceção do IC. Em relação a este último, os resultados mostram que existem diferenças, estatisticamente, significativas entre o distrito de Bragança e o País. No entanto, é no distrito que o índice assume valores mais elevados. Como pode ver-se no quadro 8, outro resultado relevante prende-se com a inexistência de diferenças, estatisticamente, significativas entre o IEV do distrito quando comparado com o do Norte ou quando comparado com o IEV do país.

Quadro 8 - Comparação dos índices do distrito de Bragança com os do Norte e com os do País

		IEDU	IEV	IC	IPIB	IDS	IDES
Comparação com o Norte	T-Student	-9,886	-0,426	-4,220	-10,794	-9,783	-11,924
	p-value	0,000*	0,678	0,001*	0,000*	0,000*	0,000*
Comparação com o País	T-Student	-9,194	-1,562	12,229	-18,579	-9,783	-16,739
	p-value	0,000*	0,147	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*

Fonte: Elaboração Própria, 2008.

* Existem diferenças significativas a um nível de significância de 1%

O estudo das assimetrias regionais pode ser feito com base no cálculo dos défices dos índices de desenvolvimento. Como pode ver-se no quadro 9, os elevados valores dos défices do IPIB mostram que existe um menor grau de desenvolvimento no que diz respeito à criação de riqueza no distrito de Bragança. No entanto, é de destacar a evolução favorável do défice do IC no período 1970 a 2001 que contribuiu de forma significativa para as reduções dos défices do IDS e do IDES.

Quadro 9 - Défices dos índices de desenvolvimento do distrito de Bragança

	IEDU	IEV	IC	IPIB	IDS	IDES
1970	0,389	0,338	0,715	0,783	0,481	0,569
1981	0,304	0,223	0,391	0,783	0,306	0,425
1991	0,207	0,196	0,127	0,683	0,177	0,303
1995	0,183	0,161	0,107	0,656	0,151	0,277
1997	0,171	0,176	0,088	0,634	0,145	0,267
2001	0,1891	0,1572	0,0251	0,6845	0,1239	0,2639
Variação (%)	-51,4	-53,5	-96,5	-12,6	-74,2	-53,6

Fonte: Elaboração Própria, 2008.

Tal como se pode ver no quadro 10, entre 1991 e 2001, registaram-se aumentos das assimetrias relativamente ao IDS nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e Macedo de Cavaleiros. O primeiro ficou a dever-se a um agravamento do índice da educação e o segundo ao índice da esperança de vida. Já no que diz respeito ao IDES destacam-se os concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro e Vinhais com situações a evoluir desfavoravelmente devido, essencialmente, à redução da criação da riqueza. O concelho de Bragança registou uma redução do IEV que teve um impacto não muito expressivo no IDS.

Quadro 10 - Taxas de crescimento dos índices de desenvolvimento do distrito de Bragança (1991 e 2001)

Concelho	IDS91	IDS01	Variação (%)	IDES91	IDES01	Variação (%)
Freixo de Espada à Cinta	0,8	0,859	7,4	0,665	0,72	8,3
Torre Moncorvo	0,795	0,872	9,7	0,663	0,729	10,0
Vila Flor	0,84	0,892	6,2	0,708	0,747	5,5
Alfândega da Fé	0,84	0,879	4,6	0,694	0,734	5,8
Bragança	0,846	0,893	5,6	0,706	0,77	9,1
Macedo de Cavaleiros	0,818	0,896	9,5	0,6	0,752	25,3
Miranda do Douro	0,807	0,866	7,3	0,671	0,739	10,1
Mirandela	0,822	0,89	8,3	0,684	0,756	10,5
Mogadouro	0,779	0,873	12,1	0,652	0,738	13,2
Vimioso	0,77	0,856	11,2	0,635	0,714	12,4
Vinhais	0,787	0,871	10,7	0,651	0,71	9,1
Distrito	0,8044	0,8761	8,9	0,663	0,7361	11,0

Fonte: Elaboração Própria, 2008.

De seguida, apresenta-se o quadro 11 no qual se apresentam as assimetrias entre os diferentes concelhos que integram o distrito de Bragança. Para o efeito, calculou-se o desvio-padrão para o IDS e para o IDES e comparou-se com as assimetrias regionais (desvio-padrão) da região Norte.

Quadro 11 - Assimetrias regionais dos concelhos em relação à média do Distrito de Bragança e à região Norte para o IDS e o IDES

	IDS		IDES	
	1991	2001	1991	2001
DISTRITO	0,0308	0,0138	0,0323	0,0180
NORTE	0,0787	0,0429	0,0927	0,0671
VARIAÇÃO DISTRITO (%)	6		-30,1	
VARIAÇÃO NORTE (%)	-45,5		-27,6	

Fonte: Elaboração própria com base em Chorincas, 2003

Como pode ver-se, registou-se um decréscimo considerável das assimetrias no IDES em relação à média do distrito de Bragança. No entanto, regista-se um aumento das assimetrias quando se tem em conta o IDS de cerca de 6% no período de 1991 a 2001. Já no que diz respeito à Região Norte houve uma aproximação do IDS e do IDES.

Para uma análise mais detalhada, procede-se ao cálculo do desvio-padrão de cada uma das componentes do IDS e do IDES. Como se pode ver no quadro 12, é de destacar a evolução do IPIB que se agravou de forma bastante expressiva entre os anos de 1991 a 2001. Os índices que mais se aproximaram da média do distrito e da média da região Norte foram o IC e o IEV com variações de 72,6% e 68,2%, respectivamente.

Quadro 12- Assimetrias regionais dos concelhos em relação à média do distrito de Bragança e à região Norte do IC, IEV, IEDU e IPIB.

	IC		IEV		IEDU		IPIB	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
DISTRITO	0,0611	0,0107	0,0451	0,0183	0,0348	0,0351	0,0223	0,0432
NORTE	0,0634	0,0174	0,0581	0,0185	0,1224	0,1103	0,1089	0,1470
VARIAÇÃO DISTRITO (%)	-38		-27,6		-43,8		93,7	
VARIAÇÃO NORTE (%)	-72,6		-68,2		-9,9		35	

Fonte: Elaboração própria com base em Chorincas, 2003.

Para verificar quais as variáveis que têm influência na evolução dos índices de desenvolvimento entre 1991 e 2001, designadamente, população residente, densidade populacional, índice de envelhecimento, população com ensino superior, população relativa com ensino superior, alojamentos fixos, alojamentos sazonais e número de famílias clássicas usou-se o teste da correlação ordinal de *Spearman*. Como pode ver-se no anexo 1, existe uma correlação positiva entre a população relativa com ensino superior e os índices de IEDS, de IEDU e de IPIB. Isto é, a variação do peso da população com ensino superior contribuiu, positivamente, para os valores registados destes índices em 2001. Por outro lado, provou-se que a densidade populacional teve um impacto negativo no IEV de 2001. Por fim, verificou-se existir uma relação de dependência entre o índice de envelhecimento, do número de famílias clássicas e do número de alojamentos fixos. Enquanto que, os crescimentos das variáveis,

índice de envelhecimento e número de famílias clássicas, têm um impacto negativo na evolução do IPIB, já o crescimento do número de alojamentos fixos contribui positivamente para o IPIB de 2001.

Domingos (1999) propõe uma nova metodologia para avaliar as diferenciações regionais em termos de desenvolvimento com base na distribuição espacial das receitas fiscais. O conjunto de impostos considerados foi, designadamente, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), o Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas (IRC), a Contribuição Autárquica (CA), a SISA (Imposto Municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis) e o IMV (Imposto Municipal sobre Veículos). De acordo com a autora, à excepção de Lisboa e Setúbal todas as restantes regiões se situavam abaixo da média nacional, sendo os distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Viana de Castelo os que mais se distanciam do nível de pressão média fiscal². Cada um destes distritos liquidou ou cobrou menos de 1% do total da receita fiscal nacional nos anos de 1995 e 1997. No entanto, tal como mostra o quadro 13, neste mesmo período o distrito de Bragança aumentou o total de receita liquidada ou cobrada em 0,1%.

Quadro 13 - Estrutura fiscal por região (% total da região)

Distritos	IRS		IRC		CA		CA		IMV	
	1990	1997	1990	1997	1990	1997	1990	1997	1990	1997
Aveiro	65,2	59,4	24,4	29,1	4,5	5,7	4,8	4,7	0,9	1,1
Beja	74,5	71,2	10,2	14,7	3,7	5,1	10,7	7,8	0,9	1,2
Braga	66,0	68,0	20,2	18,3	6,0	7,0	6,8	5,6	1,0	1,0
Bragança	80,4	80,7	8,4	6,9	5,3	5,9	4,7	5,2	1,1	1,3
C. Branco	70,9	71,3	16,0	15,9	5,7	7,0	6,5	4,6	0,8	1,2
Coimbra	70,0	76,5	22,8	12,6	3,2	4,8	3,5	5,1	0,6	0,9
Évora	73,1	75,7	16,9	11,9	4,2	5,0	5,1	6,3	0,7	1,1
Faro	50,3	57,5	17	11,7	10,3	17,9	21,6	11,7	0,9	1,3
Guarda	74,4	76,4	9,8	12,0	5,8	6,2	5,9	3,	1,1	1,4
Leiria	65,7	61,3	21,8	25,4	5,4	6,2	6,1	5,8	1,0	1,2
Lisboa	48,2	44,9	43,3	47,7	2,9	2,9	5,0	3,9	0,5	0,6
Portalegre	72,1	77,2	19,1	12,1	3,8	5,0	4,2	4,5	0,8	1,2
Porto	62,7	63,6	26,8	23,1	4,5	6,0	5,3	6,4	0,7	1,0
Santarém	66,3	65,2	23,5	22,3	4,9	6,1	4,5	5,4	0,8	1,1
Setúbal	75,2	76,7	14,1	19,1	4,1	5,1	6,0	7,3	0,6	0,9
Viana do Castelo	72,9	72,0	12,9	11,5	5,4	8,4	7,6	6,6	1,2	1,6
Vila Real	78,9	80,2	10,5	8,1	4,9	5,5	4,7	4,8	1,0	1,4
Viseu	72,4	71,3	15,8	16,4	4,8	5,7	6,0	5,3	1,0	1,3
RAA	73,9	79,7	20,2	14,2	2,2	2,7	3,1	2,7	0,6	0,8
RAM	68,5	75,8	24,0	14,9	2,8	3,5	4,1	5,0	0,6	0,9
Continente	57,5	55,7	32,2	33,6	3,9	4,7	5,7	5,1	0,6	0,8
RA	71,3	77,5	22,1	14,6	2,5	3,1	3,6	4,0	0,6	0,8
Total	57,8	56,4	31,9	33,0	3,9	4,7	5,7	5,1	0,6	0,8

Fonte: Domingos, 1999.

² Pressão fiscal = Receita líquida /cobrada de IRS, IRC, CA SISA e IMV em percentagem do PIB regional. Valores médios de 1995 a 1997.

No quadro 13 apresenta-se o padrão da receita fiscal, ou seja, o peso que cada imposto tem no total de receita liquidada ou cobrada a nível regional e o peso que cada imposto detém no total da receita fiscal a nível nacional. Relativamente a esta questão, verifica-se que no distrito de Bragança, no ano de 1997, o IRS (80,4%) detém um peso importante na estrutura fiscal, segue-se o IRC (6,9%), a CA (5,9%), a SISA (5,2%) e o IMV (1,3%). Este padrão de estrutura traduz, na opinião de Domingos (1999), a importância dos rendimentos pessoais no distrito e é revelador de um fraco grau de industrialização e terciarização e de um forte grau de ruralidade.

No que diz respeito aos investimentos efectuados no distrito de Bragança no período de 1994 a 1997 (ver anexos 2 e 3) verifica-se que existe uma correlação positiva entre o volume de investimentos aprovados por concelho e o IDS, o IDES e o IEDU. Isto significa que os concelhos com índices mais elevados foram aqueles que tiveram o maior volume de investimento aprovado. No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (QCAII), Plano Operacional de Economia (POE) e outros programas de investimento, os concelhos com investimentos mais avultados, foram os que apresentaram melhores resultados em 2001 ao nível do IDS, IDES, IEDU e IPIB, concluindo-se que estes investimentos tiveram um impacto positivo no desenvolvimento desses concelhos.

Os investimentos realizados ao abrigo do QCAII apresentaram correlação, estatisticamente, significativa com as variáveis: população residente, número de famílias clássicas, número de alojamentos sazonais e o peso da população com habilitações a nível superior. Já, o índice de envelhecimento apresentava-se, negativamente, correlacionado com os investimentos efectuados, o que significa que os concelhos com índices de envelhecimento mais elevados foram aqueles que menos investimentos realizaram. Os investimentos efectuados no âmbito do POE apresentaram, ainda, uma correlação positiva com as variáveis: população residente, número de famílias clássicas existentes no distrito, número de alojamentos sazonais e número de indivíduos com nível de escolaridade superior (ver anexo 4).

5. Considerações finais

O distrito de Bragança apresenta-se desertificado sob o ponto de vista humano. Os jovens são atraídos pelos centros urbanos onde a dinâmica empresarial é capaz de gerar novas oportunidades, designadamente, de emprego. Este esvaziamento a que a região assiste não é de forma alguma colmatado com a nova realidade nacional, o fenómeno da imigração. Face aos resultados obtidos, o envelhecimento da população resultante desta dinâmica demográfica tem implicações negativas na dinâmica empresarial. Facilmente se percebe que a propensão para o investimento é menor quando os actores são menos jovens. Contudo, numa perspectiva empresarial, o envelhecimento da população pode constituir uma oportunidade de negócio, nomeadamente, na prestação de cuidados de saúde.

A fraca dinâmica empresarial pode, segundo Sequeira e Diniz (2002), ser contrariada com a intervenção das entidades públicas não só para incentivar e orientar o investimento produtivo mas também e sobretudo para canalizar e apoiar o investimento através de prémios e incentivos à actividade, designadamente, pela via dos benefícios fiscais. Mas, para além das políticas públicas

levadas a cabo pelo governo central, a dinâmica empresarial pode ser, positivamente, influenciada pelos actores regionais. Basta que, para isso haja uma maior proactividade que se consubstancie numa maior capacidade empreendedora.

Apesar dos índices de desenvolvimento terem vindo a melhorar, verificou-se que as assimetrias entre os concelhos do distrito de Bragança se mantiveram, bem como as assimetrias do distrito face ao restante território nacional. Para contrariar esta realidade, pode e deve fazer-se o mesmo esforço que permitiu ao IC atingir um nível superior à média nacional. Relativamente ao IPIB, este esforço deve ser redobrado pois é o índice que regista valores mais baixos. Por isso, a criação de riqueza e de emprego devem ser alvos prioritários das políticas locais e centrais.

6. Bibliografia

- Alves, F., (2003). Diferentes Vertentes da Problemática das Migrações. *Dimensão Social e Imigração*, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Departamento de prospectiva e Planeamento (DPP), Lisboa.
- Carvalho, A., Matias, S., (2004). *Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas - 2001: Apresentação Gráfico-Analítica de Resultados*. DPP, Lisboa.
- Cepeda, A. (2002). *Trás-os-Montes e Alto Douro: Sistema Urbano e Coesão Regional*. III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, Anfiteatro Torralta, Bragança, 26, 27 e 28 de Setembro.
- Chorincas, J., (2003). *Dinâmicas Regionais em Portugal – Demografia e Investimentos*. DPP. Lisboa.
- Cónim, C., (1999). *População e Desenvolvimento Humano: Uma perspectiva de quantificação*. Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP). Lisboa.
- Dissanajake, W., (1981). Development and Communication: Four Approaches. *MEDIA ASIA*, pp. 217-227.
- Domingos, E., (1999). *Dinâmica de desenvolvimento espacial - uma abordagem através da distribuição regional de receitas fiscais*. DPP. Lisboa.
- Ferrão, J., (1996). *A demografia Portuguesa*. Cadernos do público. Lisboa.
- Ferreira, E. (coord.), (2000). *Economia e Imigrantes - Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*. Celta Editora, Oeiras.
- INE (1991) - *Censos 91 - XIII Recenseamento Geral da População*. INE. Lisboa.
- INE (2001) - *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População*. INE. Lisboa.
- Jacob, J., (2005). *Os Transportes Públicos Rodoviários de Passageiros em Áreas de Baixa Procura*. Workshop “O futuro dos transportes públicos colectivos de âmbito regional”. Direcção Geral de Transportes Terrestres. 13 de Julho.
- Koehnen, T., (2008). *Desenvolvimento local: Qualificação de Capital Social*. Ciclo de Seminários da Escola Superior Agrária de Bragança. Auditório Dionísio Gonçalves. Bragança. 20 de Fevereiro.
- Laranjo, J., Henriques, L., Leandro, M., Gomes, M., (2005). *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*. 1ª Parte. Porto Editora.
- Maroco, J., (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. 3ª Edição. Edições Sílabo.
- Mateus, M., (2008). *Fluxos migratórios no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, Portugal*. Editora MINEM - Meeting Information Needs of Economic Migrants.
- Melo, A., (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. *A REDE*. Novembro, pp. 5-8.
- Nazareth, M., (2003). *Portugal Social: 1991-2001*. INE. Lisboa.
- Samuelson e Nordhaus (2005). *Economia*. 18ª Edição. McGraw-Hill.
- Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - www.sef.pt: site consultado em Julho de 2008.

Sequeira, T., Diniz, F, (2002). *O Norte Interior, o financiamento do desenvolvimento e os fundos comunitários: algumas reflexões*. 8º Congreso de Economía Regional de Castilla e León. Valladolid. 28, 29 e 30 de Novembro.

Silva, E., Lemos, J., (2001). *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*. Vol. 1. Plátano Editora.

Simões, J., Portela, J. e Cepeda, F. (1996), *A região fronteiriça de Trás-os-Montes: diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*. Série Monografias y Estudios. Fundación Rei Afonso Henriques.

Teixeira, D., (2007). *Dinâmicas demográficas no distrito de Vila Real*. 13º Congresso da APDR. Universidade dos Açores. Angra do Heroísmo. 5, 6 e 7 de Julho.

Anexo 1 - Correlação entre a variação dos índices (1991-2001) e o valor dos índices em 2001

	IDS		IDES		IC		IEV		IEDU		IPIB	
	Spearman	p-valor	Spearman	p-valor	Spearman	p-valor	Spearman	p-valor	Spearman	p-valor	Spearman	p-valor
População residente	0,011	0,974	0,455	0,138	0,392	0,208	-0,490	0,106	0,162	0,615	0,680	0,015*
Densidade populacional	-0,397	0,201	-0,144	0,656	-0,326	0,301	-0,632	0,028*	-0,244	0,445	0,137	0,671
Índice de envelhecimento	-0,147	0,648	-0,552	0,063	-0,175	0,587	0,420	0,175	-0,352	0,262	-0,774	0,003*
Número de famílias clássicas	0,203	0,527	0,497	0,101	0,049	0,880	-0,301	0,342	0,282	0,375	0,641	0,025*
Número de alojamentos fixos	0,172	0,594	0,420	0,175	0,084	0,795	-0,280	0,379	0,254	0,427	0,592	0,043*
Número de alojamentos sazonais	0,067	0,837	0,360	0,245	-0,168	0,602	-0,559	0,059	0,268	0,400	0,522	0,082
População com ensino superior	0,249	0,436	0,510	0,090	-0,322	0,308	-0,524	0,080	0,528	0,078	0,574	0,051
População relativa com ensino superior	0,480	0,114	0,818	0,001*	-0,189	0,557	-0,427	0,167	0,704	0,011*	0,883	0,000*

Fonte: Elaboração própria, 2008

* Variáveis correlacionadas a um nível de significância de 5%

Anexo 2 - Montante de Investimento no Distrito de Bragança (1994-1999), por Concelho

Concelhos	Investimento aprovado		Investimento per capita		Investimento QC.AII	Outros Investimentos		Outros investimentos per capita		Investimentos POE	POE per capita
	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos		Outros Investimentos	Outros investimentos per capita				
Carraceda de Azeitões	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	3000-10000	2500-8500	<480 euros	<450 milhares euros	<90 euros		
Freixo de Espada à Cinta	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos		
Torre Moncorvo	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	<3000 milhares euros	<2500 milhares euros	<480 euros	450-1925	90-250		
Vila Flor	1500-3500	sem investimentos	250-1500	sem investimentos	<3000 milhares euros	2500-8500	<480 euros	450-1925	90-250		
Alfândega da Fé	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	<3000 milhares euros	<2500 milhares euros	<480 euros	<450 milhares euros	<90 euros		
Bragança	1500-3500	sem investimentos	<250 euros	<250 euros	10000-30000	8500-45000	480-990	superior 31250	1000-8100		
Macedo de Cavaleiros	250-1500	sem investimentos	<250 euros	<250 euros	3000-10000	2500-8500	<480 euros	450-1925	90-250		
Miranda do Douro	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	<3000 milhares euros	2500-8500	<480 euros	450-1925	90-250		
Mirandela	4900-10000	sem investimentos	<250 euros	<250 euros	10000-30000	8500-45000	480-990	1925-5825	<90 euros		
Mogadouro	250-1500	sem investimentos	<250 euros	<250 euros	3000-10000	2500-8500	<480 euros	1925-5825	90-250		
Vimioso	<250 milhares euros	sem investimentos	<250 euros	sem investimentos	<3000 milhares euros	<2500 milhares euros	<480 euros	<450 milhares euros	<90 euros		
Vinhais	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	sem investimentos	<3000 milhares euros	<2500 milhares euros	<480 euros	450-1925	<90 euros		

Fonte: Chorrinças, 2003

Anexo 3 – Correlação entre o nível médio dos investimentos e os índices de 2001

	IDS		IDES		IC		IEV		IEDU		IPIB	
	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur
Investimentos aprovados (94-99)	0,661	0,019*	0,738	0,006*	0,330	0,295	0,255	0,424	0,717	0,009*	0,571	0,053
Investimentos capitação	0,553	0,062	0,572	0,052	0,338	0,282	0,362	0,248	0,533	0,074	0,398	0,201
Investimentos QCAII	0,591	0,043*	0,671	0,017*	-0,238	0,457	-0,079	0,807	0,839	0,001*	0,506	0,093
Outros investimentos	0,616	0,033*	0,841	0,001*	-0,156	0,629	-0,144	0,654	0,899	0,000*	0,727	0,007*
Outros investimentos capitação	0,563	0,057	0,667	0,018*	0,000	1,000	-0,180	0,577	0,719	0,008*	0,480	0,115
Investimentos POE	0,601	0,039*	0,659	0,020*	-0,231	0,471	0,062	0,848	0,649	0,022*	0,634	0,027*
Investimentos POE capitação	0,600	0,039*	0,656	0,021*	-0,098	0,762	-0,128	0,691	0,570	0,053	0,608	0,036*

Fonte: Elaboração própria, 2008

*Variáveis correlacionadas a um nível de significância de 5%

Anexo 4 - Correlação entre o nível médio dos investimentos e alguns indicadores da população de 1991

	Investimentos aprovados (94-99)		Investimentos capitação		Investimentos QCAII		Outros investimentos		Outros investimentos Capitação		Investimentos POE		Investimentos POE capitação	
	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur	Spearman	p-valur
População residente	0,566	0,055	0,350	0,265	0,826	0,001*	0,711	0,010*	0,760	0,004*	0,809	0,001*	0,513	0,088
Densidade populacional	0,437	0,155	0,244	0,444	0,498	0,099	0,571	0,052	0,477	0,117	0,199	0,536	0,110	0,734
Índice de envelhecimento	-0,839	0,001*	-0,743	0,006*	-0,841	0,001*	-0,818	0,001*	-0,709	0,010*	-0,531	0,076	-0,392	0,207
Número de famílias clássicas	0,502	0,0906	0,284	0,375	0,792	0,002*	0,678	0,015*	0,760	0,004*	0,776	0,003*	0,513	0,088
Número de alojamentos fixos	0,142	0,659	0,051	0,876	0,339	0,281	0,233	0,466	0,207	0,518	0,468	0,124	0,053	0,81
Número de alojamentos sazonais	0,555	0,061	0,373	0,232	0,788	0,002*	0,715	0,009*	0,617	0,033*	0,655	0,021*	0,581	0,048*
População com ensino superior	0,761	0,004*	0,591	0,043*	0,792	0,002*	0,844	0,001*	0,760	0,004*	0,842	0,001*	0,739	0,006*
População relativa com ensino superior	0,828	0,001*	0,700	0,011*	0,697	0,012*	0,792	0,002*	0,714	0,009*	0,743	0,006*	0,641	0,025*

Fonte: Elaboração própria, 2008

* Variáveis correlacionadas a um nível de significância de 5%